



FRENTE DA SAÚDE MENTAL

BOLETIM Nº 27 - OUTUBRO/2025

Em outubro, a Frente Parlamentar da Saúde Mental entregou ao ministro da Educação, Camilo Santana, o Relatório Nacional de Monitoramento da Implementação da Lei nº 14.819/2024, elaborado em parceria com o IEPS, que mapeou mais de 30 políticas e programas de saúde mental nas redes de ensino do país. Também conseguimos incidir para a inclusão da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares como estratégia no novo Plano Nacional de Educação (2024-2034), um avanço histórico que reforça o tema como prioridade nacional.

Além disso, o deputado Rafael Brito (MDB-AL) assumiu a coordenação do eixo “Saúde Mental nas Escolas”, reafirmando o compromisso da Frente em transformar a lei em política viva nas comunidades educativas. E vem mais por aí: no dia 27 de novembro, será realizado o curso Formação Legislativa em TEA, voltado à qualificação de parlamentares e assessorias em políticas públicas inclusivas.

Saúde mental nas escolas: a urgência de transformar a lei em política viva



A aprovação da Lei 14.819/2024, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, foi um marco histórico. Pela primeira vez, o Brasil reconhece que a saúde mental é parte indissociável do direito à educação. No entanto, como revelamos no monitoramento nacional realizado pela Frente Parlamentar da Saúde Mental e pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), transformar essa conquista legal em política efetiva ainda é um desafio.

No primeiro semestre deste ano, mapeamos mais de 30 políticas públicas voltadas à saúde mental escolar no Brasil, entre elas o Coração de Estudante, em Alagoas, o Entre-Laços, em Pernambuco, o APOIE, no Espírito Santo, e o Escola Escuta, no Paraná. Os resultados são validados por milhões de estudantes e profissionais envolvidos e mostram que há caminhos sendo trilhados, ainda que de forma desigual. Mesmo com essas iniciativas, nenhuma das 27 unidades federativas e suas capitais regulamentou integralmente o IEPS.

O estudo confirma também a centralidade do Programa Saúde na Escola (PSE), presente na quase totalidade dos estados. É ele o principal eixo de execução da política nacional, mas sua efetividade ainda depende de fatores como financiamento estável, equipes multiprofissionais (psicólogos e assistentes sociais) e mecanismos locais de monitoramento. A maioria dos estados ainda se apoia apenas no sistema SISAB/e-SUS para registrar ações, sem indicadores próprios que permitam avaliar resultados e impactos.

Esses dados mostram que o desafio atual não é apenas ter uma lei, mas fazer com que ela saia do papel. Para isso, é urgente que o Ministério da Educação e Ministério da Saúde avancem na regulamentação federal.

É preciso ainda fortalecer o PSE, valorizar as boas práticas existentes e promover a integração entre saúde, educação e assistência social; única forma de criar redes de cuidado que acolham, escutem e atuem de maneira preventiva.

A escola é um espaço estratégico para a promoção da saúde mental. Ali, é possível reconhecer sinais precoces de sofrimento, prevenir violências, enfrentar o bullying e construir vínculos protetivos. Mas esse cuidado não pode depender da boa vontade de gestores isolados ou de projetos pontuais. Ele precisa ser uma política de Estado, com base legal, financiamento garantido e metas claras de implementação.

A Lei 14.819 abriu uma porta para um novo paradigma na educação brasileira, um paradigma que entende o aprendizado como inseparável do bem-estar emocional. O monitoramento conduzido pela FPSM e pelo IEPS mostra que já existem boas sementes plantadas; o que falta agora é garantir o terreno fértil das políticas públicas para que elas floresçam.

1

A Frente Parlamentar, enquanto espaço de articulação e fiscalização do Legislativo, segue cumprindo seu papel de acompanhar e cobrar a implementação efetiva da lei, assegurando que a política saia do papel, alcance as escolas e se traduza em cuidado concreto para estudantes, educadores e comunidades escolares em todo o país.

Cuidar da saúde mental nas escolas não é apenas uma ação de assistência, é um compromisso com o futuro da educação.



Por: Deputado Rafael Brito (MDB-AL) - Coordenador do eixo Escolas

Aconteceu no Congresso



>>> Apresentado o parecer da relatora deputada Ana Paula Lima (PT/SC) do [PL nº 5673/2023](#), pela aprovação, na forma de substitutivo com quatro subemendas, adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. O PL de autoria da deputada Ana Pimentel (PT/MG), institui a Política Nacional de Saúde Integral da Mulher.

>>> Aprovada na Comissão de Trabalho, a relatoria da deputada Daiana Santos (PCdoB/RS) do [PL nº 4822/2024](#), de autoria do deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ), que regulamenta o artigo 5º, inciso III, da Constituição Federal para proibir práticas de “terapias de conversão” da orientação sexual e/ou identidade de gênero, bem como estabelecer políticas de prevenção e reparação às vítimas. Parecer da relatora pela aprovação, com emendas.

>>> Aprovado o [RIC nº 6653/2025](#), de autoria do deputado Dr. Francisco (PT/PI), que requer informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre a Política Nacional de Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida) e outras ações de promoção da saúde mental no SUS. Parecer do relator, deputado Altineu Côrtes (PL/RJ), pela aprovação.

>>> Apresentado o [REQ nº 130/2025](#) (CPD), de autoria do deputado Duarte Jr. (PSB/MA), que adita o requerimento 121/2025 para incluir o Secretário de Atenção Especializada em Saúde do Ministério da Saúde em audiência pública sobre centros de terapia assistida no SUS.

Aconteceu no Congresso



>>> Apresentado o [PL nº 5027/2025](#), de autoria do deputado Leo Prates (PDT/BA), que institui o Programa de Recuperação da Autoestima e Saúde Mental de Vítimas de Violência (PRAESME) e altera a Lei nº 13.239/2015 para ampliar o acesso a cirurgias reparadoras e procedimentos estéticos no SUS.

>>> Aprovado o [RIC nº 6483/2025](#), de autoria do deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ), que solicita informações ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social sobre o Seminário Internacional de Acolhimento a Mulheres em Situação de Vulnerabilidade pelo Uso de Substâncias Psicoativas.

>>> Aprovado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) a relatoria da deputada Laura Carneiro (PSD/RJ) do [PL nº 311/2024](#), de autoria do deputado Leo Prates (PDT/BA), que propõe a ampliação do acesso à saúde mental no pós-pandemia, com a incorporação de profissionais e ações comunitárias integradas.

>>> Aprovado na Comissão de Legislação Participativa (CLP) o [REQ nº 120/2025](#) (CLP), de autoria do deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ), que requer a realização de audiência pública sobre o processo de manicomialização de crianças e adolescentes.

>>> Apresentado na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR) o [REQ nº 138/2025](#), de autoria do deputado Reimont (PT/RJ), que requer a realização de seminário sobre Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Ambiente Virtual.

>>> A Dep. Erika Kokay (PT-DF) foi designada a relatora, na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) do [PL nº 1035/2025](#), de autoria da deputada Renata Abreu (PODE/SP), que cria a Política Nacional de Prevenção e Tratamento da Depressão e Outros Transtornos Mentais, institui o Vale Saúde Mental para Trabalhadores e o Programa de Apoio à Saúde Mental da Mulher Pós-Parto.

>>> Aprovado na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) a relatoria da deputada Laura Carneiro (PSD/RJ), do [PL nº 4928/2023](#), de autoria da senadora Damares Alves (REPUBLIC/DF), que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) para dispor sobre o direito da criança e do adolescente à saúde mental

Aconteceu no Congresso



>>> Aprovado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) o parecer do Deputado Delegado Fabio Costa (PP/AL) do [PL nº 4534/2024](#), de autoria do deputado Cabo Gilberto Silva (PL/PB), que institui o Programa Nacional de Saúde Mental para Profissionais de Segurança Pública, com ações integradas de prevenção, cuidado e tratamento.

>>> Lido na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJC) o parecer do [PL nº 1257/2021](#) da relatora, Laura Carneiro (PSD/RJ), que altera a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, para assegurar o acesso a tecnologias para preservação da saúde mental e cognitiva, o PL é de autoria da deputada, Paula Belmonte (Cidadania/DF).

>>> Instalada a Comissão Especial sobre a Primeira Infância destinada a analisar a [PEC 34/2024](#), de autoria da deputada Laura Carneiro, que propõe incluir a primeira infância como beneficiária de direitos e garantias constitucionais. A sessão deu posse ao deputado Osmar Terra (PL-RS) como presidente, ao deputado Zacarias Calil (União-GO) como primeiro vice-presidente e à deputada Amanda Gentil (PP-MA) como relatora.

>>> Aprovado o [RIC nº 6478/2025](#), de autoria do deputado Augusto Coutinho (REPUBLIC/PE), que requer informações ao Ministério da Saúde sobre os mecanismos de fiscalização e apuração de denúncias de violência e maus-tratos em estabelecimentos de cuidado em saúde mental.

>>> Distribuído na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ao senador Magno Malta para emissão de relatório [PL nº 2847/2022](#), de autoria da deputada Jaqueline Cassol (PP/RO), que altera diversas leis — entre elas o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) e a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (Lei nº 13.819/2019) — para instituir ações de prevenção do sofrimento psíquico entre jovens.

>>> Apresentado o [INC nº 2744/2025](#), de autoria do deputado José Medeiros (PL/MT), que sugere ao Ministério da Saúde a elaboração de Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) para a depressão.

>>> Apresentado o [PL nº 5475/2025](#), de autoria do deputado Reinhold Stephanes (PSD/PR), que altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para proibir a publicidade das loterias de apostas de quota fixa.

Aconteceu no Congresso



>>> Apresentado o [INC nº 2519/2025](#), de autoria do deputado Gustavo Gayer (PL/GO), que sugere ao Presidente da República, por meio da Casa Civil, a criação de um Programa Nacional de Prevenção ao Suicídio e de Apoio Psicossocial no Campo, voltado à valorização da vida e ao fortalecimento das políticas públicas de saúde mental e de amparo econômico aos produtores rurais.

>>> Aprovado o [RIC nº 6526/2025](#), de autoria do deputado Gustavo Gayer (PL/GO), que solicita informações ao Ministro da Saúde sobre as políticas públicas de prevenção ao suicídio e atenção psicossocial voltadas à população rural do Rio Grande do Sul, especialmente agricultores afetados por crises socioeconômicas e climáticas.

>>> Apresentado o [PL nº 2598/2022](#), de autoria do deputado Paulo Foletto (PSB/ES), que institui o Dia Nacional de Combate à Ludopatia.

>>> Apresentado o [INC nº 2531/2025](#), de autoria do deputado Romero Rodrigues (PODE/PB), que sugere ao Ministério da Saúde a elaboração de diretrizes técnicas e protocolos clínicos para o acolhimento e o cuidado em saúde mental de pessoas com transtornos relacionados ao uso compulsivo de jogos eletrônicos e de azar.

>>> Apresentado o [INC nº 2675/2025](#), de autoria do deputado Amom Mandel (CIDADANIA/AM), que sugere ao Ministério da Saúde a implementação de serviços de psicologia e psiquiatria em unidades de pronto-atendimento hospitalares, ampliando o acesso da população à saúde mental.

>>> Apresentado o [PL nº 5328/2025](#), de autoria do deputado José Medeiros (PL/MT), que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Depressão.

>>> Apresentado o [PL nº 5455/2025](#), de autoria do deputado Aureo Ribeiro (SOLIDARI/RJ), que institui a Política Nacional de Promoção de Saúde e Bem-Estar, cria a Semana Nacional da Promoção da Saúde e do Bem-Estar e dá outras providências.



ESTAMOS DE OLHO

>>> A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJ) aprovou, na quarta-feira (22), por 33 votos a 13, a admissibilidade da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 42/2024**, que estabelece a competência privativa das comissões da Câmara para a fiscalização das agências reguladoras.

>>> No dia 21, a CDHMIR debateu a política sobre drogas do governo federal e o papel das Comunidades Terapêuticas (CTs) na reabilitação de pessoas com dependência química. O governo, representado pela SENAD e pelo MDS, reafirmou o compromisso com uma política centrada nas pessoas e baseada em evidências, anunciando R\$ 60 milhões para atenção à população em situação de rua e R\$ 18 milhões para reinserção social via economia solidária. As CTs foram destacadas como equipamentos complementares da RAPS, com enfoque espiritual e acolhimento voluntário, mas o debate expôs divergências ideológicas sobre sua atuação e estrutura. É a primeira vez que Lula recebe representantes das CTs.

Campanha Nacional Contra as Comunidades Terapêuticas

The screenshot shows the BDF website interface. At the top, there is a red navigation bar with a menu icon, a microphone icon, a search icon, and the BDF logo. Below the navigation bar, the article title is displayed in bold black text: "Incêndio em clínica no DF deixa cinco mortos e reacende alerta sobre comunidades terapêuticas". Above the title, the tagline "LUTA ANTIMANICOMIAL" is visible in red. Below the title, a short summary in gray text reads: "Bombeiros encontraram vítimas trancadas; causas do fogo e responsabilidades são investigadas pela polícia".

Nos últimos meses, uma série de episódios expôs a gravidade das violações de direitos humanos ocorridas em Comunidades Terapêuticas (CT) no Brasil. Na madrugada de 31 de agosto de 2025, um incêndio na CT Liberte-se, no Paranoá (DF), deixou cinco mortos e onze feridos. Em abril do mesmo ano, uma CT em Contagem (MG) foi interditada após denúncias de maus-tratos, cárcere privado e sedação forçada, com a prisão dos responsáveis.

Em maio de 2025, o Ministério Público da Bahia fechou a CT Vidas, em Ipirá, por manter 89 pessoas em condições degradantes e de violação de liberdade. Por fim, em outubro de 2025, a Casa Azul, em Belo Horizonte (MG), foi interditada após inspeções encontrarem alimentos vencidos, ambientes insalubres e internações forçadas, configurando um padrão recorrente de abusos, negligência e descumprimento das diretrizes da Reforma Psiquiátrica.

Esses casos motivaram uma mobilização nacional lançada em outubro de 2025, por movimentos sociais, coletivos e entidades de diversas regiões do Brasil: A Campanha Nacional Contra as Comunidades Terapêuticas. A campanha teve como objetivo denunciar as violações de direitos humanos cometidas em CTs, exigir o fim do financiamento público a esses espaços e reforçar o compromisso com a Reforma Psiquiátrica e com as políticas de cuidado em liberdade.



A entrega simbólica de um Manifesto com quase 500 assinaturas foi realizada no dia 7 de outubro, na Câmara dos Deputados. Nos dias seguintes, atos descentralizados ocorreram em diversos estados do país, articulando atividades de formação, panfletagem, atos públicos, exibição de documentários e audiências legislativas. Destaque para o lançamento do documentário “Enclausurados pelo Capital: Uma Luta Antimanicomial” (RENILA e MLA-PA), a manifestação no Auto do Círio, o evento “SP sem CTs”, em São Paulo, e a audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A Campanha mobilizou o primeiro Dia Nacional Contra as Comunidades Terapêuticas, uma data marcante para o movimento antimanicomial brasileiro.



Transparência e informação: **CONHEÇA O SITE DA FRENTE PARLAMENTAR**

Para haver possibilidade de participação e controle social, a transparência e o acesso à informação são imprescindíveis. Conheça o site da Frente. Acesse:

frentedasaudemental.com.br

A Frente por aí...



Frente Parlamentar entrega relatório sobre saúde mental nas escolas ao MEC

A Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental entregou ao ministro da Educação, Camilo Santana, o Relatório Nacional de Monitoramento da Implementação da [Lei nº 14.819/2024](#), que criou a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

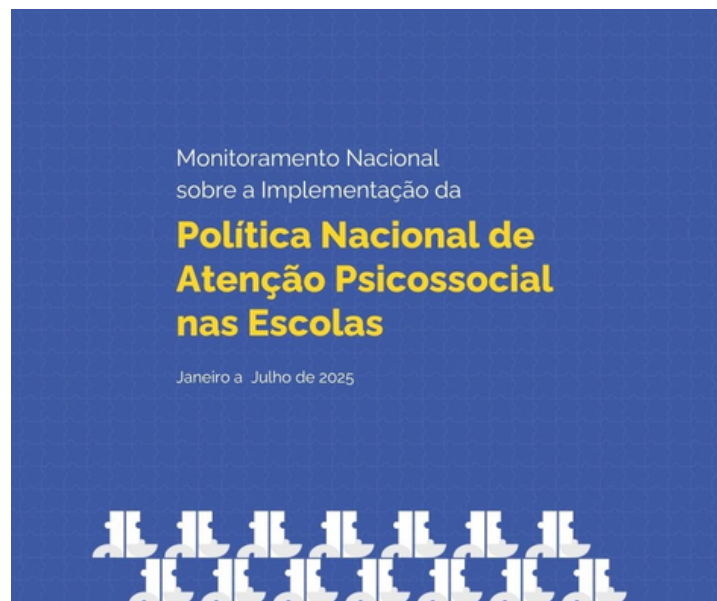
Elaborado em parceria com o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), o documento mapeia mais de 30 programas e políticas de saúde mental em curso nas redes de ensino, destacando o papel da escola como espaço de cuidado, escuta e acolhimento.

A entrega contou com a presença do deputado Pedro Campos (PSB-PE), presidente da Frente, além de Filipe Asth e Dayana Rosa, da secretaria executiva, e de representantes do Juntô Jovem, reafirmando o compromisso de transformar o debate em políticas públicas efetivas para estudantes e educadores.

O relatório apresenta recomendações estratégicas para fortalecer a Lei 14.819, incluindo a regulamentação estadual e municipal, a ampliação das equipes multiprofissionais e o fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE).

A Frente por aí...

Frente Parlamentar da Saúde Mental e IEPS divulgam relatório inédito sobre a implementação da Lei 14.819/2024



A Frente Parlamentar da Saúde Mental e o IEPS lançaram, no Dia dos Professores (15/10), o Monitoramento Nacional da Implementação da Lei 14.819/2024, que criou a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. O levantamento, realizado em 27 unidades federativas, contou com respostas de 18 estados e capitais e mapeou mais de 30 programas e políticas de saúde mental em andamento, evidenciando avanços na integração entre educação e cuidado psicossocial.

O relatório destaca o Programa Saúde na Escola (PSE) como eixo central da política, mas aponta desafios como a ampliação das equipes multiprofissionais e o fortalecimento do financiamento. Também recomenda a regulamentação federal da lei e a valorização de boas práticas locais, como os programas Coração de Estudante (AL) e Entre-Laços (PE).

Deputado Rafael Brito assume coordenação do eixo “Saúde Mental nas Escolas” da Frente Parlamentar

A Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental passa a contar com o deputado Rafael Brito (MDB-AL) na coordenação do eixo temático sobre Escolas e Comunidades Educativas.

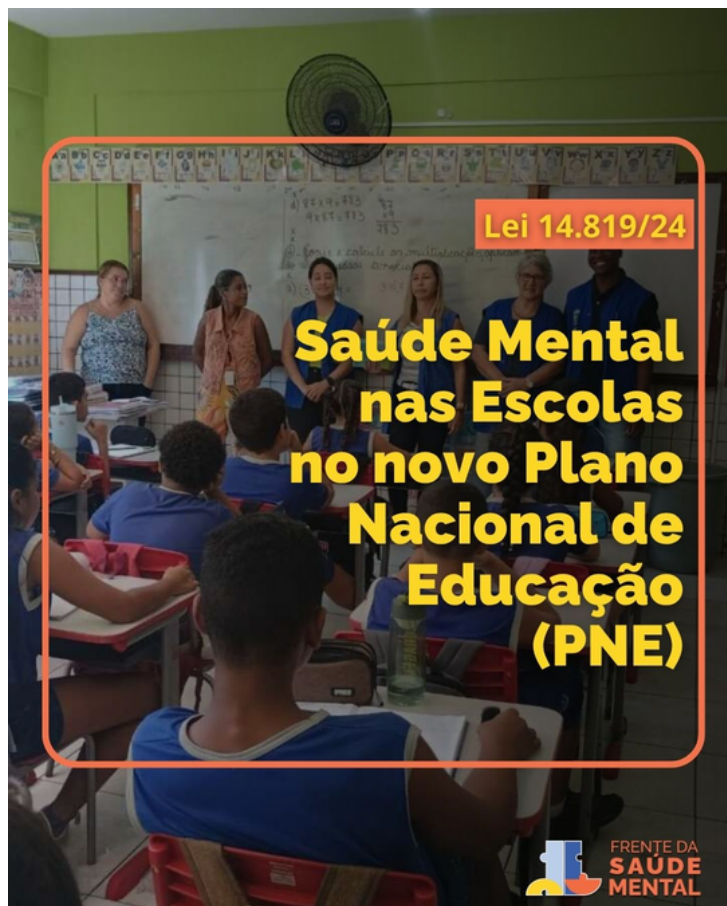
Com trajetória marcada pela defesa da educação pública de qualidade e do cuidado integral com estudantes e profissionais da rede de ensino, Rafael Brito reforça o compromisso da Frente em implementar e fortalecer a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares (Lei nº 14.819/2024). O parlamentar também é o atual presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação.



A atuação do deputado reafirma a importância de fazer da escola um espaço de cuidado, convivência e desenvolvimento emocional, essencial para o bem-estar de crianças, adolescentes e educadores.

A Frente por aí...

Saúde Mental nas Escolas agora é estratégia oficial do novo PNE



Avanço fundamental: A Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares (Lei nº 14.819/2024) foi incluída como Estratégia no novo Plano Nacional de Educação (2024-2034).

Isso significa que a atenção psicossocial nas comunidades escolares passa a ser uma meta nacional da educação brasileira, articulando as áreas de educação, saúde e assistência social para garantir o bem-estar de estudantes e educadores.

A Frente Parlamentar Mista para Promoção da Saúde Mental atuou ativamente para garantir essa inclusão, fortalecendo o compromisso com políticas públicas de cuidado, prevenção e promoção da saúde mental no ambiente escolar.

Agende-se e inscreva-se

Formação Legislativa em TEA vai capacitar parlamentares e assessorias sobre políticas públicas inclusivas

No dia 27 de novembro de 2025, será promovido o curso “Formação Legislativa em TEA: Bases para uma Ação Qualificada”, no Auditório Freitas Nobre, na Câmara dos Deputados, em Brasília. A atividade é voltada a parlamentares, assessorias legislativas e equipes técnicas das comissões permanentes, com o objetivo de fortalecer a elaboração de políticas públicas voltadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).



Data: 27 de novembro de 2025 (quinta-feira)

Horário: 9h às 12h

Local: Auditório Freitas Nobre – Câmara dos Deputados (presencial)

Inscrições: [Clique aqui para se inscrever](#)

A iniciativa é uma realização da Frente Parlamentar da Saúde Mental e do IEPS (Instituto de Estudos para Políticas de Saúde), com o apoio da Infinito (Instituto Futuro é Infância Saudável), IBJL (Instituto Betty e Jacob Lafer), NUPPSAM-UFRJ (Núcleo de

Pesquisa em Políticas Públicas de Saúde Mental), CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) e CFP (Conselho Federal de Psicologia).

Saúde Mental em Pauta

>>> Assembleia Geral da ONU: Durante a 80ª Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, a nova agenda global de saúde deu protagonismo às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e à Saúde Mental, com foco em um cuidado integral e centrado nas pessoas. O CNS integrou a delegação brasileira na 4ª Reunião de Alto Nível, que resultou em uma declaração política defendendo a integração entre saúde mental e atenção primária. O documento reconhece a importância das experiências vividas por pacientes e cuidadores na formulação de políticas públicas e estabelece metas até 2030, como reduzir um terço das mortes prematuras por DCNT e ampliar o acesso a cuidados mentais.

>>> Grupo de Trabalho sobre Proteção de Crianças e Adolescentes em Ambientes Digitais: no dia 1º de outubro, o GT da Câmara dos Deputados debateu o impacto das redes sociais na saúde mental de crianças e adolescentes, destacando a necessidade de responsabilidade compartilhada entre Estado, famílias e plataformas. A ANPD alertou para o paradoxo da educação digital e o papel das empresas na detecção de riscos; o CGI.br defendeu a proibição da coleta de dados comportamentais de menores; e o Instituto Alana criticou o design compulsivo e o modelo de negócios das plataformas. Representantes da Meta, TikTok e YouTube apresentaram medidas de segurança e supervisão parental, enquanto o Judiciário reforçou a importância da prevenção, empatia e moderação ativa para proteger jovens de conteúdos nocivos.

>>> Novo PAC Saúde: o programa concluiu a formalização das propostas do programa Seleções 2025, permitindo o início da execução das obras de unidades de saúde em todo o país. Entre os equipamentos, já foram contemplados 100 Centros de Atenção Psicossocial. A Portaria GM/MS no 8.241/2025 estabelece prazos de 180 dias para a etapa preparatória, incluindo contrato, ordem de serviço e instalação da placa padrão, além de 120 dias para a publicação do edital de licitação. O Ministério da Saúde oferece apoio técnico e ferramentas para agilizar e garantir a segurança dos processos, acelerando a expansão e modernização da rede pública de saúde.

>>> Participação Popular: O Ministério da Saúde promoveu no Rio de Janeiro mais uma edição da oficina Mobilização Social por uma APS Mais Forte, que percorreu todas as regiões do país e reuniu cerca de 800 representantes de conselhos, secretarias e movimentos sociais para fortalecer a participação popular na Atenção Primária à Saúde (APS). A iniciativa busca incentivar a criação e qualificação dos conselhos locais de saúde — ainda inexistentes em 63,7% das UBS — e aprimorar o controle social no SUS, com foco em equidade e inclusão. As discussões abordaram temas como formação de conselheiros, financiamento, educação popular e comunicação. As contribuições das oficinas regionais subsidiarão um documento nacional para orientar conselheiros e fortalecer o vínculo entre comunidade, gestores e profissionais.

Saúde Mental em Pauta



RADAR FPSM

>>> APOSTAS | Inclusão e controle social no setor de jogos

A Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA/MF) publicou a [Instrução Normativa nº 22/2025](#), que define regras para impedir o cadastro e o uso de sistemas de apostas por beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A medida reforça o cumprimento da Portaria nº 1.231/2024, que prevê mecanismos de verificação automática nos operadores de apostas de quota fixa. A norma integra o esforço do governo em reduzir os impactos sociais e econômicos das apostas online, ampliando a responsabilidade das empresas do setor no controle de irregularidades e na proteção de grupos em situação de vulnerabilidade.

>>> SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | Comitê do ODS 3 é instituído no Ministério da Saúde

A [Portaria GM/MS nº 8.458/2025](#) cria o Comitê da Agenda 2030 no Ministério da Saúde, com o objetivo de fomentar e monitorar a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (Saúde e Bem-Estar) e de outros ODS relacionados. O comitê atuará na integração de políticas públicas, na coleta de indicadores e na articulação intersetorial, fortalecendo o compromisso do SUS com a promoção da saúde, a equidade e o desenvolvimento sustentável.

>>> SISTEMA PRISIONAL | Novas adesões à Política de Saúde da População Privada de Liberdade

Por meio da [Portaria GM/MS nº 8.457/2025](#), o Ministério da Saúde aprovou a adesão de novos entes federativos à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP). A medida amplia o alcance da política no âmbito do SUS, garantindo atenção integral, prevenção e cuidado contínuo dentro das unidades prisionais. A expansão reforça o princípio da universalidade e da equidade em saúde, assegurando o direito ao cuidado a todas as pessoas, independentemente de sua condição social ou jurídica.

Nos acompanhe no site e pelas redes sociais

frentedasaudemental.com.br

[@frentedasaudemental](https://www.instagram.com/frentedasaudemental)

frentedasaudemental@gmail.com

Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

Secretaria Executiva da FPSM

 ieps.org.br

 [@iepsocial](https://www.instagram.com/iepsocial)